



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO DE 2018

MESA: PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS).

HORA DE ABERTURA: 09 horas e 35 minutos.

PRESENCAS: Manuel de Sousa e Silva (PS), Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Pedro Miguel Pereira de Figueiredo (PSD), António José Correia Ferreira Alves, em substituição de Manuel Mouro Pinto (PS), Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues, em substituição de Rogério Fernandes Duarte (PSD), Rui Manuel Ferreira Almeida, em substituição de Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), Ana Paula Correia Martins, Tesoureira da Junta de Freguesia de Bordonhos, em substituição do seu Presidente (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Jorge Martins Oliveira, Secretário da Junta de Freguesia de São Félix, em substituição do seu Presidente (PSD), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS).

Estiveram igualmente presentes os Srs. Presidente da Câmara Municipal, Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, e Vereadores Dr. Daniel David Gomes Martins, Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço, Dr.^a Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Dr. José Manuel da Silva Tavares, Dr. Francisco José de Matos e Eng.^o Nuno Filipe Miranda Henriques de Almeida.

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho de S. Pedro do Sul.

FALTAS: Fernando Joaquim Pinto (PSD).

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Período de Intervenção do Público.
2. Assuntos da Ordem do Dia:
 - 2.1 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Delegação de competências relativas à transformação da Linha do Vouga em Ecopista do Vouga”;
 - 2.2 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Delegação de competências na freguesia de Pindelo dos Milagres, para execução das faixas de proteção às vias municipais”.

Verificada a existência de quórum, foi, pelo Presidente da Assembleia Municipal, declarada aberta a presente sessão, dando início à tomada de posse de dois membros da Assembleia Municipal, Pedro Miguel Pereira de Figueiredo e António José Correia Ferreira Alves, tendo ambos sido devidamente instalados. Procedeu, então, à abertura do **Período de Intervenção do Público**, não se tendo verificado qualquer pedido de intervenção.-----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura do **Período da Ordem do Dia**:-----

2.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELATIVAS À TRANSFORMAÇÃO DA LINHA DO VOUGA EM ECOPISTA DO VOUGA”: -----

Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Referiu que o troço que está a montante de Negrelos, serve de acesso a todo um conjunto muito vasto de propriedades privadas, nomeadamente pinhais, e sendo convertida aquela plataforma em ecopista, perguntou se estariam salvaguardados todos os acessos de todos os proprietários que confinam com aquele espaço de circulação. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Ficou muito satisfeita com a intervenção do Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes, dizendo que, quando foi da construção do acesso e das infraestruturas relativas a esta ecopista, alertou para esse mesmo facto e hoje ainda não estão resolvidos os acessos que alguns proprietários faziam por aquela via há mais de trinta anos, não tendo tido apoio da sua bancada. Presidente da Câmara Municipal: Lembrou que o espaço era constituído por uma linha de caminho-de-ferro, toda a vida lá passou o caminho-de-ferro e todas as pessoas tinham acesso aos pinhais doutras formas que não pela linha do caminho-de-ferro, tendo todos os acessos sido salvaguardados. Referiu que não é um espaço transitável de automóvel, não passavam por lá automóveis nem tratores, porque não é compatível. Disse ainda ser um projeto conjunto da CIM com a Câmara Municipal, que irão tentar ver todas as situações, mas que os acessos foram feitos e salvaguardados da mesma forma que estavam antes pela CP e quando a Câmara Municipal comprou a linha comprou com todos os direitos e obrigações, não tendo culpa que, após, as pessoas tenham comprado pinhais a pensar que iam ter acesso pela linha. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Deu razão ao Presidente da Câmara quando afirmou que a Câmara tem que defender os interesses do município, mas que aquela linha tem mais de cem anos e o acesso não é pela linha, perguntando se foram efetivamente repostos os acessos que as pessoas tinham antes ou se, neste momento, se encontram com pinheiros de dimensão gigantesca e sem nenhum acesso. Presidente da Câmara Municipal: Respondeu que os caminhos fazendeiros competem aos fazendeiros, aos agricultores, aos donos das propriedades

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

florestais fazer esses mesmos acessos, não à Câmara Municipal, que se alguém comprou uma propriedade na qual já tinham nascido pinheiros nesses caminhos, tem que, junto dos fazendeiros, fazer valer os seus direitos e fazer com que cortem os pinheiros, não compete à Câmara andar a fazer os caminhos fazendeiros de acesso às propriedades. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Em resposta, referiu que aqui não existe demagogia, existem problemas reais e cabe ao Município estar sensível e verificar primeiro se efetivamente são fazendeiros e depois dar opinião, não é vir para aqui fazer demagogia. Disse que estava referir-se ao caminho de acesso à barragem de Drizes, que não é fazendeiro, é um caminho público que existia e a partir do momento que a infraestrutura ferroviária deixou de ter o caminho-de-ferro, as pessoas, por facilidade, começaram a usá-lo. Presidente da Câmara Municipal: Referiu que não tem lá fazendas nem trator, mas que vai muitas vezes à barragem e, tanto ele como qualquer um de nós, passa lá muito à vontade sem qualquer tipo de problemas, a pé, de carro ou de trator. Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Disse o seguinte: “A ciclovía Negrelos-Termas é um assunto que está fechado, é uma obra que está concluída e não tem nada a ver com esta. Estamos a falar de um troço que irá de Negrelos ao limite do concelho de Vouzela. Não diga que eu estive a fazer demagogia porque eu limitei-me a fazer uma pergunta, a pedir um esclarecimento. Uma coisa é uma ecopista, outra é a ciclovía e aquilo que o Sr. Presidente disse está correto, porque uma coisa era a plataforma ferroviária, outra eram os acessos que já existiam. Há prioridades de um lado e doutro e a verdade é que o tempo encarregou-se de dizer às pessoas que, a partir do momento que foram retirados os carris e as travessas, poderiam usar aquela plataforma para melhor acederem às suas propriedades, mas terá sido uma ocupação abusiva, sempre tiveram o direito e sempre terão o direito e esse direito nunca lhes será retirado. Agora acho que, conforme disse o Sr. Presidente, poderão haver melhorias nas acessibilidades em determinados sítios.” Presidente da Câmara Municipal: Referiu ainda o seguinte: “O trajeto entre Saínhas, aquela zona de Negrelos em direção a Vouzela e a Viseu, há uns anos atrás estava aberto e como era uma zona que não tinha qualquer tipo de serventia, era uma zona em que a linha estava aberta, toda a gente se podia servir por lá e nós tínhamos todo o interesse em que aquele espaço estivesse aberto, porque até era uma forma dos bombeiros poderem combater melhor os incêndios, ao contrário da Câmara de Vouzela, que no seu espaço se lembrou de criar e colocar blocos de betão que fez com que as pessoas não pudessem transitar naquela linha e bem. Vejam a dualidade de critérios: Vouzela colocou blocos de betão a fechar a possibilidade das pessoas poderem circular no espaço da linha, que era um espaço que não estava a ser utilizado para nada, quando nós tínhamos todo o interesse em que aquele espaço estivesse aberto para poder combater os incêndios em caso de haver necessidade e para que as pessoas pudessem aceder às suas propriedades de uma forma mais rápida, todas as propriedades têm acesso de trator.” Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD): Usou da palavra e, dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal, disse o seguinte: “Eu acho que o Senhor, enquanto Presidente desta Assembleia, não deveria permitir que este diálogo se extremasse a este ponto. Relativamente à questão colocada pelo Deputado Municipal Ferreira Gomes e que depois foi secundada pela Deputada Municipal Mónica Almeida, parece-me que colocaram uma preocupação e com toda a legitimidade estavam, pensava eu, inicialmente unidos nesta preocupação de salvaguardar o interesse dos munícipes e se houve aqui alguma polémica, parece que foi o Sr. Presidente que não aceitou essa preocupação que foi manifestada pelas duas bancadas. Depois verifico que o Deputado

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal Ferreira Gomes alterou um pouco o seu posicionamento: na sua primeira intervenção nós secundámos e apoiámos o que disse, na segunda já tentou desviar indo por outro caminho. O que me parece que está aqui em causa é tentar salvaguardar os interesses das pessoas e definir o que é efetivamente caminho fazendeiro e o que não é, há que tentar ver com essas pessoas e fazer esse levantamento, se este acesso à barragem de Drizes é caminho fazendeiro, ou não é, e se não é, automaticamente penso que a Câmara poderá ter também aqui um papel de informação e de apoio aos proprietários em causa, no sentido de os ajudar a perceber qual é a legitimidade da sua pretensão, mas não podemos também permitir que haja propriedades que não tenham acesso. Penso que isto não é um motivo para discussão e para acusações que não fazem sentido, porque a preocupação foi das duas bancadas e é uma preocupação pertinente, tentar saber se efetivamente estão salvaguardados os acessos das pessoas às suas propriedades. Claro está que ninguém pretende, penso eu, que esse acesso seja pela antiga linha de comboio, é pensar se há outra alternativa.” Deputado Municipal Manuel de Sousa e Silva (PS): Referiu o seguinte: “Eu conheço muito bem a realidade de Negrelos-Termas, vivi ali, nasci ali, cresci ali. A Ecopista garantiu, primeiro, a travessia da Lameira; segundo, na Nazaré mantém-se a passagem; terceiro, na barragem de Drizes mantém-se a passagem; quarto, para o Ourino mantém-se a passagem e eu perguntava à Eng.^a Mónica qual é a passagem que está vedada a veículos. Sobre a questão que o Ferreira Gomes levantou, e bem, o cimo de Negrelos não conseguia ser transitável por veículos, tanto que se houvesse um incêndio os veículos não chegavam lá, tinha de ser tudo pedonal e quando se desativou a linha de caminho-de-ferro utilizou-se essa via. Aquilo que o Ferreira Gomes aqui falou, e bem, foi o seguinte: uma vez que aquilo vai ficar isolado em termos de veículos, se há de facto a possibilidade ou alternativa de chegar lá um veículo no caso de incêndio. Os caminhos estão abandonados há vários anos, já eram intransitáveis naquela altura, neste momento são transitáveis pela linha de caminho-de-ferro. A questão que se coloca é se de facto nós, ao fazermos a ecopista, vamos ter alguma alternativa em termos de veículos. Agora, todas as travessias pedonais que existiam na ecopista e fora dela mantêm-se.” Presidente da Câmara Municipal: Disse o seguinte: “Nós temos duas situações diferentes: uma é aquela que se passa nas Termas, entre a Lameira e o concelho de Vouzela, que com a construção da variante às Termas houve o corte do acesso às propriedades das pessoas e nessa zona, desde a Lameira até à confluência com Vouzela, como foi construída a variante, muitas das pessoas deixaram ter acesso às suas propriedades, e foi por isso que, quando nós construímos a ecopista, não a levámos mais à frente, porque senão tê-lo-íamos feito. Agora, com a construção da nova ecopista, essa situação tem de ser salvaguardada, ou seja, temos que criar um espaço ciclável e deixar um espaço de acesso às propriedades. A outra situação, que vai desde a Lameira passando por Negrelos (Saínhas) até Vouzela e Viseu, é completamente diferente, em que existia linha de caminho-de-ferro, que não foi ocupada por mais nada e nós temos que ocupar o traçado antigo da linha, o que significa que todas as propriedades que estão nessa zona tinham outro tipo de acesso antes da construção da ecopista, da que já está feita e daquela que se vai construir, o que significa que todos os outros caminhos são caminhos fazendeiros e, como tal, compete às pessoas fazer a limpeza desses mesmos caminhos. Também na zona entre as Termas e Negrelos, onde já está construída a ecopista, foram salvaguardados todos os acessos às propriedades, nomeadamente o acesso à barragem, o qual está limpo e transitável, pode lá ir abaixo e virar um carro ou um trator. Da mesma forma que nós temos na ecopista que já está construída, à entrada da Lameira existem dois pinos que, na altura do incêndio, foram derrubados para que um carro

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de bombeiros pudesse entrar e ajudar a salvar ali o incêndio, o que significa que poderão ser colocados o mesmo tipo de pinos também, por exemplo, em Sainhas, para que, em caso de necessidade, os carros de bombeiros possam entrar na ecopista ou na ciclovia. Nós quando temos necessidade de regar as árvores ou de colocar veículos dentro da ecopista, arrumam-se aqueles pinos, desaparefusam-se e os carros entram lá sem qualquer tipo de problemas. Agora, não vamos é generalizar isto, não vamos fazer com que um agricultor qualquer que queira entrar da sua propriedade chegue ali e deita aquilo abaixo para os tratores passarem, porque temos que salvar os interesses que já haviam antes, que era a questão da linha, da mesma forma que se antes os tratores e os automóveis não entravam lá, agora também não entram, salvo em casos de extrema necessidade e isso estará certamente salvaguardado.” Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Referiu que deveriam começar por dizer que estamos perante uma grande obra e dar os parabéns por finalmente esta obra se ir executar, retorquindo o seguinte : “Estamos aqui a falar de situações que na prática, no seio de todos estes quilómetros e são mais de quarenta quilómetros, poderá haver problemas e que têm que ser resolvidos, mas estarmos aqui a extrapolar um problema quando estamos a falar de uma obra de mais de três milhões de euros, isto é inacreditável. O que é que os outros municípios que estão connosco e a CIM podem pensar ao ver este início de Assembleia Municipal? Depois de um esforço terrível que houve de várias entidades para conseguirmos esta aprovação no Turismo de Portugal, depois de conseguirmos que isto vá ser a maior ecopista de Portugal, porque vai ligar a Ecopista do Dão à do Vouga, nós estamos aqui a falar em dois ou três acessos de dois ou três caminhos, isto é inacreditável. Se houver proprietários que se sintam lesados, e isto já foi falado quando foi a obra da ecopista da parte da Câmara Municipal, esses proprietários têm que vir junto dos serviços de fiscalização da Câmara Municipal e, se se sentirem lesados ou prejudicados, teremos que agir e, até hoje, não temos nada pendente ou ninguém com queixas pendentes. O que está aqui em causa hoje na Assembleia Municipal é nós permitirmos que a CIM seja dona da obra, até porque todo o traçado da antiga linha que era da responsabilidade da REFER vai passar para a CIM, a CIM é que vai ser a “dona do espaço” e, sendo “dona do espaço”, os proprietários terão que reclamar à CIM se se sentirem lesados. Nós estamos aqui a chover no molhado e estamos aqui a desvirtuar uma grande obra de mais de três milhões de euros.” Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Disse que a Assembleia Municipal tem que discutir as questões, que lhes assiste o direito de tomarem conhecimento, de questionarem, de fiscalizarem e, como tal, de fazerem e colocarem as questões que bem entenderem, mesmo que às vezes venham com um pouco de demagogia, e que as questões têm que ser respondidas. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Respondeu que não tem qualquer propriedade e que, quando foi da aprovação da ciclovia, algumas das pessoas que estavam nesse acesso à barragem, que é o acesso ao leito da barragem, onde tiravam a areia, referenciaram que deveria ser feita uma avaliação dessa mesma ligação, assim como considera que, nesta nova situação, as pessoas deveriam ser auscultadas, o que não aconteceu, e mesmo que sejam caminhos que há muitos anos deixaram de ser utilizados, cabe ao município arranjar soluções e ir ao encontro das populações. Presidente da Câmara Municipal: Em resposta, terminou dizendo o seguinte: “Nós fizemos uma ecopista com três quilómetros, nunca houve reclamação da parte de ninguém, eu não percebo porque é que é esta discussão, inclusive havia duas casas na reta de Drizes que nem sequer tinham acesso à Ecopista e nós deixámos-lhes um acesso à Ecopista. Nós estamos aqui, não para dificultar a vida às pessoas, mas para as ajudar. A Eng.ª Mónica disse



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que não tinha propriedades, mas têm os seus pais e, quando nós fizemos aquele circuito a pé, fez questão de mostrar a propriedade dos seus pais e que havia necessidade ali de uma entrada. Agora, o acesso para a barragem está lá, nunca houve reclamação da parte de ninguém. Nos acessos existem lá umas pequenas barreiras que, em caso de incêndio, podem ser deitadas abaixo. O projeto foi feito por técnicos especializados e estamos aqui para aprovar uma grande obra, um investimento de cerca de 3/4 milhões de euros, toda a gente devia estar satisfeita e se houver algum problema estamos cá para os resolver, como sempre resolvemos, nós ou a CIM. Não percebo realmente tanta discussão para tão pouco, um assunto tão simples e esta Câmara Municipal está de parabéns por realmente ter conseguido esta obra, que já se anda a falar há tantos anos e que ninguém antes tinha conseguido.” Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos.-----

2.2 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE PINDELO DOS MILAGRES, PARA EXECUÇÃO DAS FAIXAS DE PROTEÇÃO ÀS VIAS MUNICIPAIS”:-----

Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Referiu que, na última sessão da Assembleia Municipal, ficaram muitas dúvidas em relação à delegação de competências nas freguesias de Santa Cruz da Trapa e Sul, que não tinham sido esclarecidos como é que aquela delegação de competências era uma mais-valia, pois era um pouco “um tiro no pé” para os dois presidentes de junta, na medida em que delegavam sem haver algo protocolado firme que pudesse dar uma mais-valia a quem assume esse compromisso, mas também a quem o executa. Afirmou ainda o seguinte: “Eu cheguei a dizer que não reconhecia competência para o efeito nos presidentes de junta na qual essa delegação foi feita, e continuo a dizer exatamente a mesma coisa, mas depois eu quero ouvir o Senhor Presidente da Câmara e também se possível os Senhores Presidentes de Junta, nomeadamente o Senhor Presidente da Junta de freguesia da União das freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões, que mais se ofendeu quando eu disse que não lhe reconhecia validade nesta questão, informar esta Assembleia do desenvolvimento daquilo que já foi feito nas faixas de limpeza de combustão relativamente a Santa Cruz da Trapa e também questionar a quem de direito e aos especialistas, nomeadamente ao executivo, aquilo que está a acontecer na nossa zona e que já não é de agora, aquela praga que estamos a assistir nos carvalhos e que os está a dizimar, habitualmente quando chega o Verão, e se os Presidentes de Junta sabem o que isso é, como controlar, como atuar e desenvolver o trabalho que lhes é delegado e que nós lhe demos de “mão beijada”, como vamos dar agora também ao Presidente da Junta de Pindelo dos Milagres, e também se todo esse trabalho foi um trabalho monitorizado, ou seja, se o trabalho já desenvolvido, nomeadamente em Santa Cruz da Trapa e Sul, é um trabalho monitorizado, porque não basta limpar as faixas de combustão, é preciso também os Presidentes de Junta nos quais nós, Assembleia Municipal, delegamos essa competência, saibam exatamente aquilo que vão fazer, como fazer e quando fazer, porque isto é importante. Não é agora o governo “chutar” para as Câmaras Municipais, as Câmaras Municipais “chutam” para os Presidentes de Junta e os Presidentes de Junta, se as coisas estiverem mal, “chutam” para os particulares, e andamos aqui num “jogo do empurra”.

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Julgo que nós nos devemos entender de uma vez por todas e, com o chamado grande paradigma, estamos-nos a esquecer completamente duma coisa que é muito mais importante que é a preservação da floresta, que é ordenarmos a floresta.” Presidente da Junta de Freguesia de Sul José Pedro Maurício Pereira (PSD): Referiu não ter estado na última sessão da Assembleia Municipal, pelo que, sobre este ponto, disse o seguinte: “Estamos aqui para assumir as funções, até já as fizemos. A freguesia de Sul em 2013, através do PRODER, fez a limpeza das faixas de proteção nas estradas municipais e caminhos numa área total de cinquenta e cinco hectares. Candidatamo-nos a uma segunda fase, também pelo PRODER, que não foi aprovada porque houve a transição para o Portugal 2020. De qualquer destas formas, não temos qualquer problema em assumir responsabilidades, mesmo que não sejam da nossa competência, mas que sejam a bem da comunidade e a bem de todos. Esta situação dos incêndios é um problema que afeta a minha freguesia e todo o concelho, é uma vulnerabilidade a que todos estamos sujeitos e eles vão acontecer, a gente só não sabe quando, onde e como vai acontecer. E há muito por fazer e posso dar aqui um exemplo: a freguesia de Sul tem cinco mil duzentos e quarenta e um hectares, de espaço agrícola tem seiscentos e vinte e sete, virgula quarenta e um hectares, de parte florestal três mil cento e vinte, vírgula cinquenta hectares, de espaço inculto mil quatrocentos e quinze hectares e de espaço urbano setenta e oito hectares, o que me preocupa aqui é resolver os problemas das pessoas e não estou aqui para defender os interesses de qualquer partido, mas acima de tudo da minha freguesia. Eu quero também alertar que este protocolo peca por tardio, esta situação já deveria estar resolvida há mais tempo, até porque nós nos vamos deparar com uma situação em que há urgência na limpeza de terrenos junto às edificações e estamos praticamente em pleno mês de julho e esta situação das faixas também devia ser resolvida. Também deixo aqui uma sugestão à Câmara Municipal e que deveria ter vindo a esta Assembleia Municipal: o protocolo onde constam as cláusulas relativas a direitos, deveres, obrigações, competências, prazos, áreas a limpar e demais informação, porque apenas nos chegou em minuta a deliberação da reunião de Câmara, e assim toda a gente ficava esclarecida.” Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Referiu que se o Deputado Municipal António Lopes Ribeiro fosse Presidente de Junta de Freguesia, não teria tido a posição que teve na última sessão da Assembleia Municipal, não se teria absterido, teria tido uma posição mais favorável e a prova disso foi a intervenção que acabou de fazer o Presidente da Junta de Sul. Disse que o mesmo menosprezou e pôs em causa quer a bondade da Câmara Municipal, quer a bondade das duas freguesias que se associaram a esta ideia de delegação de competências, que essa proposta é tão boa que Pindelo dos Milagres também se decidiu embarcar, dando os parabéns à Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres por enveredar por esta via de delegação e de resolução deste problema, lembrando o seguinte: “Nós não podemos esquecer jamais o que aconteceu no Verão passado e se é verdade que o Verão este ano é tudo menos comum, a verdade é que se está a gerar um barril de pólvora ainda pior que o do ano passado, porque nós que conhecemos bem a realidade florestal, que nascemos e crescemos no meio dela, sabemos que o mato está mais desenvolvido do que nunca, mesmo aquelas áreas que foram limpas já estão outra vez todas matagadas e com dimensões e crescimento muito acima do normal, e eu temo que lá para o final do Verão, se este se estender depois pelo Outono, quiçá até pelo Inverno, as coisas se agudizem e depois não sabemos como é que vamos sair desta embrulhada. Se calhar, José Pedro, esta decisão não peca assim tanto por tardia, porque vale mais limpar agora do que ter limpadado há uns meses atrás, porque agora provavelmente é a altura

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais ajustada porque os fetos são cortados e certamente já não rebentarão, as silvas rebentarão sempre, as giestas se calhar já não rebentam. Parabéns Pindelo dos Milagres e só lamento é que outras freguesias não tenham condições de recursos humanos e financeiros para enveredar também por esta via, como eu gostaria de ver a minha freguesia de Figueiredo de Alva.”

Presidente da Junta de Freguesia de Sul José Pedro Maurício Pereira (PSD): Em resposta, disse que a decisão era tardia porque têm de fazer um planeamento dos trabalhos, que há propriedades junto às habitações que carecem de maior urgência que as faixas de proteção à rede viária, que se isto tivesse sido protocolado anteriormente, teriam feito esse planeamento, e por o protocolo não estar assinado, ainda não está delineado e vão ter que tomar opções, porque não têm pessoal que chegue para fazer as duas coisas ao mesmo tempo e poderá haver suspensão de todos esses trabalhos de limpeza mediante os alertas de vigilância.

Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Usou da palavra, dizendo o seguinte: “Vou votar a favor, embora ache que acaba por ser um presente semi-envenenado para os meus colegas, mas eles saberão os meios e a capacidade que têm para fazer. Também fomos convidados para o fazer, mas se temos os recursos humanos e os meios praticamente à justa para fazer a limpeza das valetas e das bermas, não nos podemos meter em faixas, porque isso amplia em dez vezes mais a área de limpeza. Reitero aqui mais uma vez a situação de, no futuro, revermos a situação da limpeza das bermas e valetas em termos de delegação de competências, em termos técnicos e de recursos, nem que não seja na totalidade, porque é um encargo para as Juntas de Freguesia que, ao contrário daquilo que o Sr. Presidente disse na última sessão, também fazem obra e muitas vezes têm que se substituir à Câmara Municipal, e poderiam fazer muito mais se houvesse um entendimento e uma colaboração mais estreita entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, no sentido de fazer mais essa obra e explanar as suas delegações de competências. Eu próprio, pela Junta de Freguesia de Carvalhais e Candal, sempre manifestei essa disponibilidade para colaborar. Queria fazer aqui um “fait divers”, se me permitem: de dois a cinco de agosto vai haver o festival “Tradidanças”, que veio um bocadinho na sequência do festival “Andanças” que saiu em tempos cá do território, o objetivo é tentar repor essa dinâmica para que, não só Carvalhais mas o concelho todo, tenha essa dinâmica e que recolha daí os dividendos da atração que se pretende para o território. Convido-vos a vir ao “Tradidanças”, não posso oferecer convites pois a organização não pode oferecer entradas, mas os bilhetes até ao dia um de julho são mais baratos, até ao dia dois também terão algum desconto. Quero agradecer à Câmara por se ter juntado a esta iniciativa, que manifesta o interesse cultural do território em voltar a ter uma atração turística com um produto que é o “Tradidanças” e também, na pessoa do Sr. Manuel Silva, agradecer também às muitas empresas que se associam e apoiam este projeto.”

Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD): Fez a seguinte intervenção: “O PSD apoia sempre a delegação de competências nos Srs. Presidentes de Junta, agora há situações em que, em nosso entender, é preciso que haja uma monitorização, uma supervisão do processo, porque os Srs. Presidentes de Junta não têm que ter conhecimentos sobre uma matéria tão específica como esta das limpezas florestais, porque não conhecem muito bem o terreno, o seu território, são capazes de mobilizar e de se organizar em termos de freguesia para levar a cabo o trabalho. Existindo um Gabinete Técnico Florestal, acho que seria importante que esse gabinete pudesse apoiar os Srs. Presidentes de Junta, porque poderá haver um ou outro que seja especialista nesta matéria. Portanto, quando há aqui esta posição de algumas reservas relativamente à delegação de



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

competências e se diz que não se reconhece esse papel aos Presidentes de Junta, não é estar contra os Presidentes de Junta, mas tão somente admitir que eles poderão necessitar de algum apoio específico nesta matéria. Outra questão que nos parece relevante, é o facto da situação da limpeza das faixas de gestão de combustíveis, sendo uma questão concelhia e não apenas de algumas freguesias, a questão que colocamos é: estamos a celebrar protocolos de delegação de competências com algumas Juntas de Freguesia e as outras, o que é que se passa nas outras freguesias que não estão abrangidas por este protocolo? Está garantida por parte da Câmara a limpeza das faixas de gestão de combustíveis? De qualquer modo, penso ter conseguido deixar bem claro que o PSD não é contra a delegação de competências nas Juntas de Freguesia, achamos que, por princípio, até é desejável.” Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Disse que na última Sessão da Assembleia Municipal se absteve, devido ao facto de não terem recebido documentação que fundamentava essa votação e que se mantém o mesmo problema, referindo que existe cartografia associada a esta delegação de competências com as áreas que têm que serem limpas, que iria esclarecer toda a gente para poderem votar em conformidade. Também felicitou a Câmara Municipal por esta intervenção, que era fundamental fazer, mas que era pena não conseguirem abranger todas as freguesias e toda a rede viária da florestal municipal. Perguntou aos Presidentes de Junta que têm esta delegação de competências, que área é que vão conseguir fazer até ao final do período crítico, atendendo a que os trabalhos que têm que fazer são limpezas de matos, trituração ou retirada desses combustíveis, corte do arvoredado e eliminação dos sobrantes, uma vez que se está a começar um pouco tarde. Por último e relativamente às restantes freguesias, perguntou como é que se vai resolver, uma vez que ainda existe uma equipa de sapadores no nosso concelho sem delegação de competências, e se conseguimos ir mais longe apostando também nalguns troços, principalmente aqueles de maior risco onde não há vias de saída das aldeias. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Em resposta, disse o seguinte: “A Câmara aprovou um apoio de dez mil euros para o “Tradidanças”, para além de todo o apoio logístico, porque reconhece que é um evento estratégico para o concelho. Relativamente à questão das faixas de proteção, esta é uma situação nova para a Câmara Municipal, para os técnicos da Câmara Municipal que trabalham nesta área, para as Juntas de Freguesia e, sobretudo, para os proprietários. Não é uma situação fácil, temos de ter alguma sensibilidade e algum cuidado nisto e não ter uma filosofia de alarmar e acho que foi isto que esteve aqui subjacente nestes últimos meses. A questão do tardio, eu vou-vos explicar porque é que esta questão se atrasou: o orçamento para este ano foi aprovado já depois das eleições autárquicas, eu pergunto ao PSD que contributo deram para a elaboração do orçamento? Foram chamados para a elaboração do orçamento, como é habitual, e à semelhança do ano passado e faltaram à reunião. Que valor mandaram colocar no orçamento para 2018, para a limpeza das faixas de proteção, para a delegação de competências nas freguesias para as faixas de proteção? Esta delegação de competências tem a ver com faixas de proteção e não com limpeza de bermas, são situações distintas, esta questão das faixas de proteção colocou-se a partir de março/abril e houve aqui um calendário que nós fizemos, definido pelo governo, que nós fomos cumprindo desde o início com as ações de sensibilização, com a colocação de editais. Depois havia aqui uma questão essencial que é fazer as delegações de competências nas Juntas de Freguesia, mas para isso é preciso haver dotação orçamental e nós tivemos que fazer uma alteração orçamental para consagrar valores para estas três Juntas de Freguesia e isso fez atrasar sobretudo a apresentação do protocolo, com os direitos e obrigações de ambas as partes, isto é,

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eu tenho que ter um protocolo em que tenho que ter já o cabimento para salvaguardar os valores para as Juntas de Freguesia. Mas também só partimos para o protocolo depois da devida autorização da Assembleia Municipal, porque nós respeitamos o órgão Assembleia Municipal, portanto só depois da Assembleia Municipal nos dar a delegação de competências para as Juntas de Freguesia é que nós partimos para o protocolo e, com tudo isto, o processo atrasou-se. Mas nós também “quisemos” que esta situação se atrasasse para darmos tempo aos proprietários que têm árvores, sobretudo junto às faixas de proteção, para que tenham tempo de as cortar e de as recolher, para evitar que, quer os sapadores quer uma empresa privada, comecem a limpar nas faixas de proteção numa “invasão de propriedade” e nós tentamos até à última evitar isso. Agora com a entrada das equipas de sapadores ou das Juntas de Freguesia isso vai acontecer, vão entrar nas propriedades privadas, vão cortar árvores privadas e isto é uma questão que não é fácil para nós e para as Juntas de Freguesia, vai ficar mal a Câmara e vão ficar mal as Juntas de Freguesia. Como eu referi, foram contempladas estas Juntas de Freguesia, porque foram aquelas que têm capacidade de o fazer, porque têm equipas de sapadores e Sul não se restringe só a Sul, a equipa de sapadores pode fazer intervenção desde São Félix a São Martinho das Moitas e Sul. A outra equipa de sapadores que não está afeta a uma Junta de Freguesia, tem de ser arranjada outra solução, agora é um processo difícil, é um processo novo e não é um processo fácil para a Câmara, não é fácil para as Juntas de Freguesia, mas acho que temos que trabalhar todos em conjunto e, acima de tudo, sem alarmismos. A questão de se misturar a limpeza junto às habitações das faixas de proteção, as faixas de proteção estão na delegação de competências, junto às habitações não está, terá que ser a Câmara e já estamos também a tratar desse procedimento, vai ser a Câmara a contratar alguém para ir limpar junto às casas e que os privados não limpam e, depois, apresentar a conta e tentar cobrar aos privados. Nós tentamos dar o máximo de tempo e o máximo espaço para que os privados fizessem o serviço por duas razões: para evitar uma invasão de propriedade e porque quanto mais os privados fizerem menos nós teremos depois de pagar às Juntas de Freguesia, porque este valor é um valor que nós não conseguimos comensurar ao quilómetro ou ao metro, nem nós nem a Junta de Freguesia sabemos se vai ser preciso limpar dez ou vinte quilómetros, porque não sabemos quanto é que os privados entretanto vão limpar.” Presidente da Junta de Freguesia de Sul José Pedro Maurício Pereira (PSD): Lembrou que esta lei já é de 2006, que ninguém cumpriu, que veio agora essa obrigatoriedade e se a Câmara tivesse meios não tinha necessidade de recorrer a estes protocolos. Relativamente à situação dos particulares, disse que não é na parte da Câmara se substituir, mas que a Junta de Freguesia tem uma lista infindável de trabalhos requisitados por particulares. Referiu ainda que os dez mil euros de orçamento dão para fazer muito pouco, apenas conseguem fazer mais ou menos dez hectares, pelo que vão ter que ser definidos os locais prioritários, porque provavelmente não vai dar para começarem num sítio e acabar noutro. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Em resposta ao Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço, disse que era obrigatório estas faixas de gestão de combustível, que estão inscritas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, serem concretizadas e que infelizmente tiveram que morrer pessoas no ano passado e outras terem perdido as suas casas para se estar agora a cumprir minimamente a legislação. Relativamente ao convite feito para participarem na elaboração do orçamento, disse não ter estado ninguém na reunião, mas que justificaram a ausência e que ela própria alertou em tempo útil e disponibilizou-se para vir noutro período de tempo se assim o entendessem. Presidente da



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara Municipal: Em resposta às várias intervenções feitas, disse o seguinte: “Sr.^a Engenheira, como em tudo na vida nós temos de fazer opções. Nós temos consciência que é obrigatório fazer a limpeza das faixas e, caso haja um acidente qualquer, a responsabilidade será minha. Nós estamos numa altura de entradas de fundos comunitários e, dentro das opções que temos que fazer, fizemo-las nos seguintes termos: nós queremos a recuperação e a requalificação da nossa Escola Secundária, sim ou não? Fomos convidados recentemente para fazer essa requalificação e vamos ter que investir dinheiro nosso e ter de fazer projetos, para nós essa obra é prioritária, porque queremos que as nossas crianças e os nossos jovens tenham condições de ensino. Na próxima sexta-feira vem o senhor Secretário de Estado de Energia para apresentação da abertura do concurso para Geotermia e pergunto: a questão da Geotermia para o nosso concelho é importante, ou não? E isso acarreta custos. Recentemente fomos também convidados, entre quatro municípios a nível nacional, para podermos construir uma represa nas nossas Termas no sentido de controlarmos os leitos de cheias, tanto das Termas como aqui de São Pedro do Sul. Estamos a falar de um investimento que tem direito a um milhão e meio de euros e eu pergunto: essa atividade é importante, ou não? Para eu poder dar uma resposta tenho que precaver todas as coisas que estão em causa, para eu poder dizer quais são as prioridades deste município tenho que dizer à senhora aquilo que são as nossas prioridades, para depois lhe dizer quais são efetivamente as suas. A limpeza do mato no nosso concelho provavelmente custará perto de um milhão e meio de euros, onde é que do nosso orçamento conseguimos tirar um milhão e meio só para limpar mato quando nos deixou com vinte e seis milhões de euros de dívidas na Câmara Municipal e neste momento a dívida ainda está em dezoito milhões? A senhora quer acabar com a atividade do município? Quer que não se recupere a Escola Secundária? Quer que não se construa uma represa? Quer que não se faça um parque na cidade? Quer que não se faça um parque industrial? Nós temos que fazer opções e as opções são essas e nós não queremos perder os fundos comunitários, porque se os perdermos agora, nunca mais os iremos ter. E o mato vai continuar, já limpámos muita coisa e onde limpámos o mato já cresceu, a senhora sabe disso. As nossas opções são o saneamento em Bordonhos, o saneamento em Fermontelos e Figueiredo de Alva, o saneamento aqui neste concelho. Relativamente a este protocolo, tomara eu fazer protocolos em todas as freguesias, o problema é o orçamento e o orçamento não dá para fazer tudo. Também queria dizer ao Sr. Engenheiro Ribeiro que está na altura de fazermos as obras importantes para o concelho, o senhor há pouco tempo esteve na inauguração de uma obra em Santa Cruz da Trapa, aliás foi o único membro do PSD a estar presente, mas irá certamente ser convidado para mais inaugurações, porque há muitas outras que se avizinham a muito curto prazo. Em relação àquilo que disse a Dr.^a Ester, os Presidentes de Junta não têm que ter conhecimentos técnicos e nunca foi posto em causa que o GTF pode ajudar, todos os serviços da Câmara Municipal sempre ajudaram as Juntas de Freguesia, sempre que necessário. Há Presidentes de Junta que têm mais conhecimentos técnicos do que aquilo que a senhora pensa e alguns deles andam a tirar um curso superior de Proteção Civil relacionado com isso. No que diz respeito ao “Tradidanças”, o Sr. Presidente de Junta de Carvalhais fez muito bem em meter a “colherada”, é uma forma de também alertar todos os membros da Assembleia para aquilo que vai acontecer em Carvalhais, é importante que todos o divulguem. Em relação àquilo que disse o Engenheiro Ribeiro, o senhor está a passar um atestado de incompetência aos Presidentes de Junta e muitos deles sabem muito mais do que o senhor sobre a matéria, eles saberão certamente tão bem ou melhor do que o senhor, aquilo que vão e como vão fazer e se porventura tiverem

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alguma dúvida, os serviços da Câmara Municipal estão cá para lhas tirar.” Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Em resposta, referiu o seguinte: “O Senhor está a tentar criar no espírito dos Presidentes de Junta a revolta contra a minha pessoa. Eu tenho toda a estima pelos Presidentes de Junta, que são meus amigos e eu fui muito mais amigo deles ao longo da minha vida profissional do que certamente o Senhor foi. Eu fiz aqui uma série de perguntas, o Sr. Deputado Ferreira Gomes fez aqui uma questão, o que é a praga dos carvalhos, e eu procurei se alguém me sabia explicar o que era essa praga dos carvalhos. Não foi dada à Assembleia Municipal uma explicação concreta da delegação de competências da Junta de Freguesia de Santa Cruz da Trapa, daquilo que foi efetivamente realizado, porque o Senhor Presidente da Câmara veio aqui, de uma forma demagógica, falar noutras coisas menos nas faixas de proteção, e aí o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deveria pôr ordem nisto, há pontos a cumprir e o Senhor deve fazer cumprir o Regimento. Em relação à minha questão da delegação de competências nas faixas de combustão e os particulares, eu quando vou daqui para Santa Cruz da Trapa, passo numa faixa de proteção de combustão à saída de São Pedro do Sul, antes de chegar a Vilar, as curvas das espinhosas, em que não sei quem foi que andou a cortar aquilo, se foi das obras do saneamento básico que andam a ser realizadas, se foi um particular, e eu pergunto se a Câmara também tem ou não responsabilidade nisso, os particulares fazem autênticos desastres na sustentabilidade dos ecossistemas, está-se a destruir os ecossistemas, especialmente com a loucura da proteção das faixas de combustão e eu continuo a dizer, haja responsabilidade, haja alguém que tenha conhecimento para impedir que isto aconteça. Eu não queria amanhã ver nenhum Presidente de Junta ser questionado ou ser responsabilizado por este descalabro a que estamos a assistir. Na última sessão da Assembleia questionaram também a questão das faixas de combustão em Serrazes e no Gerós, quem é que tem responsabilidade em que aquilo tenha acontecido? Tenhamos atenção na limpeza no sentido de evitarmos aquilo que aconteceu no ano passado. Venha delegação de competências de todas as formas possíveis e imaginárias, mas há uma coisa que eu não gostaria e que continuarei a esforçar-me e a abster-me, que é esta forma de delegação de competências, que é um presente envenenado para os Senhores Presidentes de Junta. Eu estou do vosso lado, não estou contra vocês, sempre estarei convosco até à última, mesmo que vocês sejam opositores à minha forma de estar na política e de estar no concelho. Eu quero o melhor para o meu concelho, para a floresta que é um património que é nosso e que é de São Pedro do Sul. Eu não sei tudo nem quero saber, eu costumo dizer que “cada macaco no seu galho”, cada um deve, do seu ponto de vista e na sua área, dar o melhor. Os Srs. Presidentes de Junta não sabem tudo, é impossível saberem. Em relação à delegação de competências de Pindelo dos Milagres, também gostaria de fazer aqui mais uma pergunta, se calhar ao Senhor Presidente da Câmara que foi um homem das finanças e tem autoridade para me responder: se as Juntas de Freguesia podem passar faturas com IVA. Eu não sei se é ou não possível, ou se se substituem a empresas na emissão de faturação, Mas a minha abstenção vai no sentido, atenção, se me for dito pelo Sr. Presidente da Câmara que a partir desta delegação de competências nesta Junta de Freguesia vai haver a monitorização, vai ser posto ao corrente da Assembleia o desenvolvimento dos trabalhos, obviamente que eu até votarei a favor, se não mantenho a minha abstenção, como mantive para as duas delegações de competência na Junta de Freguesia de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões e de Sul.” Deputado Municipal Rui Manuel Ferreira Almeida (PSD): Perguntou se, uma vez que foi pedido um orçamento à Junta de Freguesia para efetuar esta dita limpeza destes onze quilómetros da

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

rede viária em Pindelo dos Milagres, isto é uma contratação, se é uma delegação de competências e, caso seja celebrado este protocolo, se a responsabilidade é da Câmara Municipal ou se é da Junta de Freguesia e quem é que a GNR vai atuar no caso de estar alguma coisa mal. Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Fez a seguinte declaração de voto: “ Eu vou novamente abster-me pela falta de documentação que chega aos deputados municipais, que não nos permite votar em coerência, em conhecimentos técnicos, para efetivamente podermos tomar deliberações em consciência e novamente alertar para o facto de nós termos cinco equipas de sapadores florestais e as competências estarem apenas em três equipas, sugerindo que se alargassem as competências às restantes equipas para conseguirmos fazer mais faixas de gestão de combustível antes do período crítico. Alertar também que, no período crítico em que vamos entrar a partir de 1 de julho, é proibida a gestão de combustível quando estamos em risco de incêndio muito elevado e máximo, em que vão existir muitos dias em que vai ser impeditivo de realizar trabalhos de gestão de combustível e questiono: a trezentos euros/dia, que área é que as equipas vão conseguir realizar?” Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Referiu o seguinte: “O PSD fala, mas ainda não apresentou uma única alternativa para limpar as faixas. Se não concordam com esta solução, qual é alternativa? Agora dizem que não receberam a deliberação, a deliberação aprovada em minuta está aqui, tem os valores, foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos vereadores do PSD, se tinham dúvidas tinham perguntado aos vereadores do PSD que estiveram presentes na reunião e tiveram acesso à informação. Relativamente aos valores, está aqui explícito “até ao limite de dez mil euros”, para ser igual para todos por uma questão de cabimento. O valor obviamente que pode ser insuficiente e nós temos aqui que definir e por isso é que foi pedido a todas as Juntas de Freguesia para nos darem um valor, uma espécie de orçamento, definir um valor ao quilómetro ou ao dia, para perceber quanto é que pode custar, e até um limite de dez mil euros para ser igual para todos. Vamos monitorizar para saber quanto é que foi cada quilómetro ou cada área gasta, para nenhuma Junta de Freguesia ter prejuízo, ou seja, se uma gastou onze recebe onze, se gastou nove recebe nove. As Juntas de Freguesia têm a sua forma de trabalhar, cada uma tem a sua, temos de respeitar e foi este critério que foi pedido. Estamos aqui, mais uma vez, a complicar, se quiserem votar contra, votem contra, se tiverem uma alternativa eu agradeço que a deem. Estamos aqui a “chover no molhado” com a mesma discussão que tivemos na Assembleia Municipal anterior, a diferença é que na Assembleia anterior estava em causa a Junta de Freguesia de Sul e de Santa Cruz da Trapa e hoje está em causa a freguesia de Pindelo dos Milagres e, inclusivamente, eu tive o cuidado de vos dizer na última Assembleia Municipal que viria à próxima Assembleia Municipal a questão de Pindelo dos Milagres.” Presidente da Junta de Freguesia de Sul José Pedro Maurício Pereira (PSD): Fez o seguinte esclarecimento: “Quando reuni com o Dr. Pedro Mouro, pediu-me para fazer uma proposta para o mês de junho. Nós calculamos mais ou menos os vinte dias em função daquilo que nós cobramos aos particulares e foi acrescido a situação da ramagem que já não poderia ser queimada e teria que ser retirada, e eu já frisei aqui que o valor de uma empreitada que nós tivemos em 2013/2014 que isto andava no custo médio por hectare de cerca de mil euros por hectare, foi esse o valor que se conseguiu. É evidente que há zonas onde se vai adiantar mais que outras, os proprietários no meio já fizeram alguma limpeza e há outros sítios que não têm arvoredo que se vai conseguir adiantar mais, vão ser feitos esses ajustamentos. Quem tiver dúvida do trabalho que nós efetuamos, eu tenho aqui fotografias do trabalho executado nas faixas que nós já fizemos este



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ano, entre as Quintas de Trás da Serra e as Alcarias, pelos sapadores florestais, e posso aceder a quem as solicitar.” Presidente da Junta de Freguesia de Valadares Pedro Dias Vasconcelos Soares (PSD): Usou da palavra, referindo o seguinte: “A experiência que tenho é que estas faixas não podem ser limpas nos próximos dois ou três meses, não há condições e não há aqui nenhuma equipa de sapadores que tenha condições no mês de julho ou agosto de limpar isto, porque têm outras responsabilidades, têm outros encargos, e com o protocolo que têm com o ICNF e os compromissos que têm com particulares na limpeza à beira de habitações, é impossível fazer esta limpeza. Isto é um processo que de certeza vai ser resolvido para 2019. Juntando estas três, quatro ou cinco equipas, todas juntas não limpavam uma freguesia, quanto mais um concelho. A minha freguesia, no ano passado, ardeu cerca de cinquenta por cento e, na parte que ardeu, as faixas de proteção também têm que ser limpas, isto para dizer que a vegetação cresce num mês, quanto mais meio ano, o mato cresce, por isso eu também gostaria que fosse feito algum investimento. Tenho duas ou três aldeias, e as pessoas dessas aldeias não me iam perdoar se eu não falasse da questão da Ribeira de Vilarinho, do Preguinho, de Paradela, do Chão de Coto, que não têm saída, só têm entrada, e se lá houver um incêndio algo pode acontecer. Eu gostaria que algum trabalho possível ainda fosse feito, sabendo que é impossível limpar tudo na altura que estamos e que fosse feito também algum investimento na freguesia de Valadares.” Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD): Perguntou o que estava previsto para as restantes duas equipas de sapadores florestais, uma vez que existiam cinco no concelho e só estão previstas três para estas delegações de competências. Vereador Pedro Miguel Mouro Lourenço: Respondeu que uma das equipas não estava afeta às Juntas de Freguesia, a de Valadares chegou a estar mas agora não está, pois se estivesse teriam chegado a acordo com a Junta de Freguesia de Valadares e tinham feito delegação de competências, e a outra estava afeta à Junta de Freguesia de São Pedro do Sul, que não tem capacidade para realizar a quantidade de trabalho que está a ter para os particulares. Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Disse que, uma vez que não lhes foi respondido concretamente a questão da monitorização técnica, mantém a mesma posição que teve para Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões e para Sul, que o seu voto vai ser abstenção. Presidente da Câmara Municipal: Respondeu que tem confiança nos Presidentes de Junta e que a monitorização será efetuado pela Câmara Municipal e pelos Presidentes de Junta, numa base de confiança que sempre houve entre todos, que as coisas irão a “bom porto” sem qualquer tipo de problemas e que relativamente ao IVA, o dinheiro irá ser transferido para as Juntas de Freguesia que saberão certamente como é que hão-de faturar. Não se tendo verificado mais nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **31 votos a favor**, dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Custódio Pinheiro da Rocha (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Pedro Miguel Ferreira de Figueiredo (PS), António José Correia Ferreira (PS), Isabel Maria Martins Bizarro Cardoso Rodrigues (PSD), Rui Manuel Ferreira Almeida (PSD), Ana Paula Correia Martins, Tesoureira da Junta de Freguesia de Bordonhos, em substituição do seu Presidente (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), António Jorge Martins Oliveira, Secretário da Junta de Freguesia de São Félix, em substituição do seu Presidente (PSD), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) e **3 abstenções**, dos Deputados Municipais Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD) e Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 11 horas e 25 minutos, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelos Presidente e Secretários da Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,